

ATA DA 378ª SESSÃO
DA PRIMEIRA CÂMARA DE JULGAMENTO DA JUNTA DE RECURSOS
ADMINISTRATIVOS TRIBUTÁRIOS - JURAT

Data: 05 de dezembro 2024	Local: Plenário da JURAT	Horário: 08h30.
Reunião nº 53/2024		
Presentes: Cristiano de Oliveira Schappo, Miqueas Libório de Jesus, Osni Sidnei Munhoz, Priscila Zanghelini Gesser e Dra Francieli Cristini Schulz.		
Presidiu os trabalhos o Presidente das Câmaras de Julgamento em exercício o Sr. Maico Bettoni e Secretariou a Sra. Cláudia Miranda Daufenbach.		
Pauta: 1 - Aprovação da Ata da Sessão Anterior, 2 - Julgamento de Processos, 3 - Aprovação de Acórdãos.		
Deliberações:		
<p>1 - Aprovação da Ata da Sessão Anterior: Ata 51/2024. Aprovada sem mais observações. 2 - Julgamento de Processos. Os processos SEI nº 23.0.294191-2 e nº 23.0.294230-7 foram retirados de pauta a pedido do relator. Processo SEI nº 24.0.228249-0 em que é reclamante Casatlantica Participações Ltda, sendo do relator(a) Cristiano de Oliveira Schappo. Assunto: ITBI. O relator fez a leitura do relatório. Passada a palavra a Defensora da Fazenda Pública, Dra. Francieli Cristini Schultz, que manifestou-se no sentido de conhecer da reclamação e, no mérito, pelo desprovimento do recurso. Após a fase de discussão, o relator fez a leitura do seu voto no sentido de conhecer da reclamação e, no mérito, dar-lhe provimento para cancelar o lançamento do ITBI relativo à integralização do imóvel (inscrição imobiliária nº 13.20.13.90.1326.0080) ao capital social da contribuinte pelo valor excedente, bem como reconhecer a imunidade incondicionada, sem a exigência da posterior verificação da preponderância da atividade da reclamante. O representante da contribuinte, Dr. Leonardo Borges Ledoux compareceu à sessão e fez a sustentação oral. Argumentou sobre avaliação dos imóveis incorporados às pessoas jurídicas. Para ele, dispor de um imóvel para integralizar o capital da empresa, teria imunidade condicionada, salvo nos casos que a atividade imobiliária fosse a atividade preponderante. Trouxe também um novo tema de repercussão: Tema 1348 do STF, que trata especificamente das imobiliárias. Após a manifestação do contribuinte, a Dra Francieli Cristini Schultz manteve seu parecer. A julgadora Priscila Zanghelini Gesser abriu divergência, manifestando-se pelo conhecimento e desprovimento da reclamação, fundamentando seu voto em três principais pontos: 1) Ausência de discussão na Suprema Corte acerca da imunidade ser ou não incondicionada, considerando que esta não foi a matéria que impulsionou a fixação do Tema 796, com julgamento em regime de repercussão geral pelo Supremo Tribunal Federal; 2) A faculdade prevista no art. 23 da Lei Federal nº 9.249/1995, embora possibilite ao contribuinte integralizar imóvel ao capital social pelo valor histórico, é inaplicável ao ITBI, que leva em consideração o valor de mercado do bem para fins de base de cálculo do imposto; e 3) Na tese oriunda do Tema 796 houve limitação da imunidade sobre o valor que excede aquele de mercado, independentemente da forma como será contabilizado o referido excedente, seja como ganho ou reserva de capital. O julgador Osni Sidnei Munhoz manifestou-se entendendo que a imunidade é condicionada, divergindo do relator, mas quanto ao Tema 796 acompanha o voto do relator, no sentido de dar-lhe provimento à reclamação, para cancelar a tributação do excedente, por entender que o Tema 796 é inaplicável ao caso. O julgador Miqueas Libório de Jesus acompanhou a divergência. Havendo empate, em relação ao mérito, o Presidente Sr Maico Bettoni manifestou seu voto pela manutenção do lançamento, pautando-se nos mesmos fundamentos apresentados no voto da divergência. Decisão: Acordaram os membros da 1ª Câmara da Junta de Recursos Administrativos Tributários - JURAT, por unanimidade de votos, pelo conhecimento da reclamação e, no mérito, por maioria de votos (3x1), reconhecer que a imunidade é condicionada, e por maioria de votos (3x2), quanto ao valor excedente, com voto de desempate da Presidência, negar-lhe provimento. Processo SEI nº 24.0.253565-7 em que é reclamante E&SVTT Negócios Imobiliários Ltda, sendo relator(a) Priscila Zanghelini Gesser. Assunto: Restituição de IPTU de 2024. A relatora fez a leitura do relatório. Passada a palavra a Defensora da Fazenda Pública, Dra.</p>		

ATA DA 378ª SESSÃO
DA PRIMEIRA CÂMARA DE JULGAMENTO DA JUNTA DE RECURSOS
ADMINISTRATIVOS TRIBUTÁRIOS - JURAT

Francieli Cristini Schultz, que manifestou-se no sentido de conhecer da reclamação e, no mérito, dar provimento à reclamação. Após a fase de discussão, a relatora fez a leitura do seu voto no sentido de conhecer da reclamação, e dar-lhe provimento, para reconhecer o direito a compensação do IPTU 2025, do imóvel de inscrição imobiliária no 09.30.00.72.0531.0000, no montante de R\$ 2.621,38 (dois mil, seiscentos e vinte e um reais e trinta e oito centavos), devidamente corrigido, valor este correspondente ao pagamento do IPTU de 2024, exercício para o qual o pedido de isenção foi reconhecido tardiamente. O julgador Cristiano de Oliveira Schappo acompanhou a relatora, porém, ressaltou acerca da necessidade de verificação de eventuais débitos anteriores para fins de compensação. **Decisão:** Acordaram os membros da 1ª Câmara da Junta de Recursos Administrativos Tributários - JURAT, por unanimidade de votos, pelo conhecimento da reclamação e, no mérito, dar-lhe provimento para compensar o valor no IPTU de 2025, nos termos do voto da relatora. **3 - Aprovação de Acórdãos. Acórdão 186/2024:** Processo SEI nº 24.0.228249-0 em que é reclamante Casatlantica Participações Ltda, sendo do relator(a) Cristiano de Oliveira Schappo. Assunto: ITBI. **Acórdão 187/2024:** Processo SEI nº 24.0.253565-7 em que é reclamante E&SVTT Negócios Imobiliários Ltda, sendo relator(a) Priscila Zanghelini Gesser. Assunto: Restituição de IPTU de 2024. Nada mais havendo a tratar eu, Cláudia Miranda Daufenbach lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, segue assinada por mim, pelo Presidente das Câmaras, Sr. Maico Bettoni, e demais presentes.

Joinville, 05 de dezembro de 2024.



Maico Bettoni
Presidente das Câmaras de Julgamento
(em exercício)



Cláudia Miranda Daufenbach
Secretária

Cristiano de Oliveira Schappo _____

Francieli Cristini Schulz _____

Miqueas Libório de Jesus _____

Osni Sidnei Munhoz _____

Priscila Zanghelini Gesser _____